

O TRABALHADOR BRASILEIRO E A SAÚDE SUPLEMENTAR: RELAÇÕES DE CONSUMO

FASE I
PESQUISA, DIAGNÓSTICO E SENSIBILIZAÇÃO DO SETOR DE
SAÚDE SUPLEMENTAR

Objetivo Específico II

Seminário Nacional de Implantação do Fórum Nacional de Saúde
Suplementar

Convênio ANS/DIEESE – Nº 03/2008

2010

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

 **ANS** Agência Nacional de
Saúde Suplementar

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Saúde

José Gomes Temporão

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Fausto Pereira dos Santos

Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Leandro Reis Tavares

Gerente Geral de Relacionamento – GGRIN da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Flávio José Fonseca de Oliveira

Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Diretoria de Fiscalização

Gerência Geral de Relacionamento - GGRIN

Rua Augusto Severo, 84 - 11º andar

Glória - Rio de Janeiro - RJ

20021-040

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

Direção Sindical Executiva

Tadeu Moraes de Sousa – Presidente

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

João Vicente Silva Cayres – Secretário

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Ana Tércia Sanches – Diretora

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Souza – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Carlos Donizeti – Diretor

Fed. dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

José Carlos Souza – Diretor

STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Mara Luzia Feltes – Diretora

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira – Diretora

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Zenaide Honório – Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Equipe Executora

DIEESE

Coordenação do Projeto

Reginaldo Muniz Barreto – Coordenador Técnico do Projeto
Nelson de Chueri Karam – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Instituto de Pesquisas Fatos LTDA

Financiamento

Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
DESCRIÇÃO DO EVENTO	7
1. TIPO DE ATIVIDADE	7
2. DURAÇÃO	7
3. PALESTRANTES E DEBATEDORES	7
4. TEMAS TRATADOS	7
5. PROGRAMAÇÃO	8
6. RECURSOS PEDAGÓGICOS E DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	9
7. PERFIL DOS PARTICIPANTES	9
8. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES	10
9. RESULTADO DOS TRABALHOS EM GRUPO	10
10. LANÇAMENTO DO FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DOS TRABALHADORES SOBRE SAÚDE SUPLEMENTAR	15
11. COMENTÁRIOS	18
ANEXOS	19
ANEXO 1 - CONVITE	20
ANEXO 2 – RELAÇÃO DE PARTICIPANTES	21

APRESENTAÇÃO

O presente relatório visa apresentar a execução do **Seminário Nacional de Implantação do Fórum Nacional de Saúde Suplementar**, realizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com apoio técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no âmbito do Convênio ANS /DIEESE N°. 003/2008, e com a ativa participação das Centrais Sindicais (CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT) e DIESAT, em todas as etapas de sua realização.

O Seminário Nacional buscou sensibilizar os dirigentes /lideranças sindicais para a defesa dos trabalhadores no âmbito da saúde suplementar, com vistas à educação para consumo, identificando a importância da qualificação dos trabalhadores em sua relação com os outros agentes do setor.

Nessa ótica, o Seminário Nacional teve como objetivos:

- Iniciar a sensibilização dos dirigentes sindicais vindos de várias regiões do país para a necessidade da discussão da saúde suplementar;
- Discutir o que é a saúde do trabalhador e qual o papel da saúde suplementar;
- Construir, a partir dos conhecimentos trazidos pelos dirigentes das diferentes regiões, os seminários regionais de sensibilização;
- Também, a partir dos conhecimentos trazidos pelos dirigentes e construídos durante o seminário, levantar as questões/problemas e desafios mais importantes em relação à saúde suplementar, que depois serão tratados de maneira mais aprofundada nos seminários regionais e nos grupos focais;
- Lançar o Fórum Nacional de Saúde Suplementar.

DESCRIÇÃO DO EVENTO

1. TIPO DE ATIVIDADE: Seminário

- **NOME:** Seminário Nacional de Implantação do Fórum Nacional de Saúde Suplementar
- **LOCAL:** São Paulo - SP
- **DATA:** 27 e 28 de agosto de 2008

2. DURAÇÃO

- 12 horas

3. PALESTRANTES E DEBATEDORES

- Francisco Batista Junior – Presidente do CNS
- Helvécio Miranda Magalhães Junior - Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte e Presidente CONASEMS
- Alzira de Oliveira Jorge - Médica Sanitarista e Epidemiologista
- Centrais Sindicais
- Maria Isabel da Silva – CIST/CNS
- Hermano A. de Castro- CESTH/FIOCRUZ
- Marco Perez - COSAT/MS
- Carlos Eduardo Gabas – MPS

4. TEMAS TRATADOS

- Saúde no Brasil – Relação entre o público e privado
- Regulação do Estado na saúde
- Promoção e prevenção na saúde suplementar
- Saúde do trabalhador como política de Estado e o papel do setor privado

- Instalação do Fórum Nacional Permanente dos Trabalhadores sobre Saúde Suplementar

5. PROGRAMAÇÃO

27 e 28 de agosto

Seminário Nacional O Trabalhador e a Saúde Suplementar

Tema Central: *A Saúde do trabalhador na saúde suplementar*

Dia 27

9h - Mesa de abertura

ANS, Centrais Sindicais, DIESAT, DIEESE, CNS, INST, CIST

9h30 – **1º Painel: Saúde no Brasil – Relação entre o público e privado**

Coordenação: Centrais Sindicais

Relatoria: Dieese

Debatedor: Francisco Batista Junior – Presidente do CNS

Exposição: Regulação do Estado na saúde

Palestrante: Helvécio Miranda Magalhães Junior - Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte e Presidente CONASEMS

Exposição: Promoção e prevenção na saúde suplementar

Palestrante: Dra. Alzira de Oliveira Jorge - Médica Sanitarista e Epidemiologista

10h30 - Intervalo

10h45 - Debate

12h30 - Almoço

14h - 2º painel: Saúde do Trabalhador como política de Estado e o papel do setor privado

Coordenação: Centrais Sindicais

Relatoria: Dieese

Debatedora: Maria Isabel da Silva – CIST/CNS

Palestrantes: Hermano A. de Castro- CESTH/FIOCRUZ

Marco Perez - COSAT/MS

Carlos Eduardo Gabas - MPS

15h30 - Intervalo

15h45 - Debate

17h00 - Encerramento

Instalação do Fórum Nacional Permanente dos Trabalhadores sobre Saúde Suplementar

19h- Mesa: ANS, Centrais Sindicais, DIEESE, DIESAT, CNS, MS, MPS, MTE

20h30 - Coquetel

Dia 28

09h – Composição dos grupos de trabalho

10h30 - Intervalo

12h00 - Almoço

14h00 - Plenária final

16h00 - Encerramento

6. RECURSOS PEDAGÓGICOS E DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

- Apresentação dialogada
- Projeção no power point
- Trabalho em grupo

7. PERFIL DOS PARTICIPANTES

- Técnicos do DIEESE
- Representantes DIESAT
- Técnicos da Agência Nacional de Saúde Suplementar
- Representantes do Movimento Sindical: CUT, Força Sindical, NCST, UGT, CGTB, CTB

8. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES:

Na abertura, todas as entidades representadas à mesa mencionam a importância da iniciativa da ANS em iniciar os contatos com o movimento sindical dos trabalhadores e apoiar o projeto que visa sensibilizar e capacitar dirigentes sindicais de todo o país sobre saúde suplementar, pela importância e dimensão que a temática envolve.

O Diretor da ANS, Dr. Eduardo Sales, ressalta que uma das dificuldades da ANS cumprir de maneira adequada o seu papel regulador legalmente estabelecido é a existência da assimetria de informação em relação aos planos coletivos privados de saúde.

Nesse sentido, reafirma a importância da participação das Centrais Sindicais junto à ANS, como representante dos trabalhadores usuários de planos coletivos de saúde, contribuindo para um maior equilíbrio no processo regulatório.

As apresentações seguiram a ordem prevista na programação, acima descrita.

9. RESULTADO DOS TRABALHOS EM GRUPO

Foram compostos 4 grupos de trabalho, visando trabalhar as questões mais relevantes a serem tratadas no Fórum e nos Seminários Regionais, a partir das apresentações feitas pelos palestrantes e debatedores das discussões ocorridas nas

respectivas plenárias, da relatoria feita pelo DIEESE das experiências trazidas pelos dirigentes sindicais participantes.

A seguir apresentam-se os resultados dos trabalhos realizados pelos grupos acima mencionados, após análise e sistematização, identificando-se os seguintes temas, em torno dos quais se agregam as propostas trazidas pelos grupos.

- Política Nacional de Saúde do Trabalhador
- Regulação da saúde suplementar
- Atuação da ANS
- Política de definição de preços dos planos coletivos de saúde
- Controle social na saúde suplementar
- Ação sindical na negociação dos planos coletivos
- Qualificação dos dirigentes sindicais sobre saúde suplementar
- Temática para os Seminários Regionais

Cabe ressaltar que o trabalho de sistematização deu-se apenas no nível de agregação das propostas, sem alterá-las em suas respectivas formas e conteúdos.

Os temas e respectivas propostas são os seguintes:

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

- Debater a política de saúde do SUS, para dar atendimento ao programa de saúde do trabalhador através da rede credenciada pelo SUS;
- Discutir, definir e implantar urgentemente uma política de eliminação dos agravos à saúde dos trabalhadores nos seus locais de trabalho;
- Organizar uma representação quadripartite (trabalhadores da ativa, empregadores, aposentados e Ministério da Previdência Social), com abrangência nacional, para em conjunto, definir políticas e parcerias capazes de preservar a saúde dos trabalhadores no local de trabalho e também discutir melhorias nas regras de tratamento, reabilitação e retorno de segurados aos seus postos de trabalho na empresa;

- Discutir e fortalecer os espaços de controle social no âmbito da saúde pública.

REGULAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR

- Discutir a saúde suplementar no contexto da saúde pública e da saúde do trabalhador;
- Promover pesquisa e debate com os atores da saúde suplementar, no sentido de estabelecer um novo modelo de assistência à saúde;
- Incluir nos planos de saúde programas de prevenção, promoção e reabilitação da saúde do trabalhador;
- Rever a Resolução 167/ANS de janeiro 2008 incluindo a obrigatoriedade no atendimento às doenças ocupacionais dos trabalhadores que tem plano de saúde;
- Debater e definir políticas capazes de permitir o acesso dos trabalhadores e familiares a todos os recursos existentes nos planos de saúde, inclusive aqueles contratados pelas empresas;
- Rever a Resolução 167/ANS de janeiro 2008. Mudar a dinâmica de atendimento dos outros profissionais (terapia ocupacional, fono, psicologia, etc.), dando ao trabalhador a autonomia na busca desses profissionais inclusive no tocante à definição do número de seções definidas por esses profissionais;
- Discutir a Resolução 1488/98 do CFM, na questão da obrigação ética de investigar a relação da doença ocupacional com o trabalho;
- Padronizar contrato entre todas as operadoras e incluir a obrigatoriedade da cobertura e notificação dos acidentes de trabalho;
- Estudar a realidade da agroindústria em relação à saúde suplementar onde um grande número de acidentes e doenças do trabalho impede o trabalhador até mesmo de ter um plano de saúde, provavelmente pela previsão de que o custo seria alto em função dos problemas existentes.

ATUAÇÃO DA ANS

- Debater as condições e possibilidades da ANS nos estados atuar de forma mais ativa, em articulação com o movimento sindical;

- Entender a ANS como campo de disputa em que outros atores também tentam influenciar. Cabe aos trabalhadores disputarem o próprio marco regulatório e também a regulação dentro do atual marco;
- Solicitar à ANS uma apresentação sistematizada acerca dos processos de fiscalização que ela desenvolveu;
- Divulgação sistematizada (cartilha?) de diversos pontos que já estão regulados, mas que por desconhecimento os sindicatos acabam não exigindo. Exemplos: a co-participação permite que o trabalhador demitido continue com o plano por mais 24 meses pós-demissão e o fornecimento da cópia do contrato para todos os funcionários é obrigatório;
- Definir o papel da ANS na regulação e fiscalização do SESMT;
- Ampliar os espaços de representação na ANS;
- Garantir a participação de todas as Centrais Sindicais na Câmara de Saúde Suplementar.

POLÍTICA DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS DOS PLANOS COLETIVOS DE SAÚDE

- Aumento dos planos pela inflação e não pelo sinistro (taxa de sinistralidade);
- Definir teto para o valor da co-participação;
- Estabelecer preço igual para plano individual e familiar.

CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE SUPLEMENTAR

- Construir políticas de controle social sobre saúde suplementar;
- Identificar e examinar práticas de controle social (estaleiros, TJ);
- Convidar as experiências de controle social em saúde suplementar nos próximos seminários.

AÇÃO SINDICAL NA NEGOCIAÇÃO DOS PLANOS COLETIVOS

- Garantir que os termos dos contratos entre o empregador e a prestadora e eventuais alterações sejam objeto de negociação com a representação dos trabalhadores;
- Garantir que os trabalhadores recebam cópia do contrato de prestação de serviços de saúde, no ato da assinatura do contrato de trabalho;
- Intervir na negociação direta, local por local ou no ramo ou no âmbito de abrangência dos sindicatos, enfim, na negociação que se dá no cotidiano. Ocorre que, diante de uma dada correlação de forças a ação sindical pode estar aquém ou além do marco ou do que está regulado;
- Prestar atenção especial aos sindicatos que negociam, ou querem negociar, com as operadoras de saúde suplementar, pejetização e outras formas de precarização;
- Adequar, estimular e negociar programas de prevenção e promoção junto às operadoras;
- Ampliar rol de procedimentos em saúde do trabalhador nos contratos com as operadoras;
- Participação do sindicato nas negociações (empresa e operadoras);
- Conhecer e fiscalizar os custos operacionais das operadoras;
- Debater a qualidade do atendimento pelas operadoras e pelas prestadoras e fiscalizar o setor;
- Conhecer melhor o mercado de saúde suplementar, com a preocupação de garantir a concorrência, evitar a formação de um mercado oligopolizado;
- Realizar pesquisa nas regiões de contratos precarizados entre sindicatos e operadoras identificando as operadoras de pequeno porte que não conseguem garantir o mínimo da assistência básica do plano de saúde;
- Levar à direção das Centrais Sindicais a necessidade de organizar a ação sindical para as novas demandas relacionadas à saúde suplementar.

QUALIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS SOBRE SAÚDE SUPLEMENTAR

- Qualificar as entidades sindicais para atuar com a ANS no acompanhamento da regulação da saúde suplementar;
- Integrar os participantes dos seminários regionais ao processo de formação de multiplicadores.

TEMÁTICA PARA OS SEMINÁRIOS REGIONAIS

- Que os conteúdos dos Seminários Regionais sejam:
 - Saúde pública
 - Saúde do trabalhador
 - Legislação
 - Experiências de controle social da saúde suplementar
 - Observar realidade regional

10. LANÇAMENTO DO FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DOS TRABALHADORES SOBRE SAÚDE SUPLEMENTAR

Com uma mesa formada pelo Presidente da ANS, Dirigentes das Centrais Sindicais, DIEESE e DIESAT, foi lançado o *Fórum Nacional Permanente dos Trabalhadores sobre Saúde Suplementar*, com o seguinte pronunciamento assinado por todas as Centrais Sindicais (CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST, UGT) e com a fala do presidente da ANS incentivando a participação qualificada do movimento sindical nas instâncias de participação da Agência, e destacando o papel do Fórum para o cumprimento deste objetivo.

PRONUNCIAMENTO DAS CENTRAIS SINDICAIS NO LANÇAMENTO DO FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DOS TRABALHADORES SOBRE SAÚDE SUPLEMENTAR – 28/agosto/2008 – São Paulo

Senhoras e senhores:

As centrais sindicais estão aqui reunidas para o lançamento do Fórum Nacional Permanente dos Trabalhadores sobre Saúde Suplementar, que contará também com a participação do DIEESE, do DIESAT e da ANS.

Numa situação em que temos 20 milhões de celetistas e mais de 40 milhões de brasileiros associados a planos de saúde, as centrais sindicais não poderiam se omitir e assumem de frente a defesa desses trabalhadores, que freqüentemente sofrem toda sorte de abusos por parte das operadoras.

Mas a pergunta que precisamos responder de forma clara é: não haveria contradição entre essa defesa dos trabalhadores e a luta que travamos pela saúde pública e pelo SUS?

Vejamos o que acontece com o SUS hoje. Dois terços dos pacientes sofrem de doenças relacionadas com a hipertensão e a diabetes e suas complicações. Hipertensão e diabetes, quando descobertas precocemente, tratam-se com um pouco de exercício, um pouco de dieta e alguns remédios baratos. Nada que dê muito lucro.

O governo está implantando a atenção básica em todo o país, o Saúde da Família, que pode prevenir o agravamento da hipertensão e da diabetes. 49% da população já é atendida hoje, e até 2010 a meta é atingir 67%, 130 milhões de brasileiros.

No entanto, a resistência não é pequena. A mercantilização da saúde resiste à atenção básica e ao trabalho preventivo. Na cidade do Rio de Janeiro só 8% da população tem Saúde da Família. Brasília tem 6%. Por que isso acontece? Sem atenção básica, os hipertensos e diabéticos evoluem para o infarto do miocárdio e para a insuficiência renal. E aí o governo gasta R\$ 1,2 bilhão com diálise. 90% disso, mais de R\$ 1 bilhão anuais, com instituições privadas. Para esses mercadores da saúde a atenção básica é uma ameaça.

Fica claro que a mercantilização da saúde, insatisfeita com o papel complementar que a Constituição e a Lei 8080 lhe assegura, quer assumir um papel dirigente,

priorizando a sua rentabilidade, em detrimento da saúde do povo brasileiro e dos trabalhadores.

Entendemos, portanto, que a luta em defesa do SUS, ao lado da luta pelo aumento das verbas para a saúde e pela melhoria da gestão, passam pela luta para que a medicina mercantil se restrinja ao seu papel complementar e para que o SUS seja dirigido efetivamente em função da melhor saúde possível para o povo brasileiro.

Na opinião das centrais sindicais, a luta contra os abusos das operadoras que travaremos aqui neste Fórum tem exatamente a mesma base: defender o interesse da coletividade por uma saúde eficiente contra os que veem na doença alheia fundamentalmente uma fonte para engordar os seus ganhos privados.

Teremos muitos temas a debater, mas gostaríamos de ressaltar alguns: a luta contra a subnotificação dos acidentes de trabalho. Essa notificação é compulsória por lei, mas as empresas para manter a sua certificação ISO fazem acordos com os planos de saúde para que essas notificações não sejam emitidas. É necessário estudar providências a esse respeito.

Teremos também a luta para acabar com a exclusão dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais do rol de procedimentos obrigatórios dos planos de saúde, emitido pela ANS. Essa exclusão faz com que hoje praticamente nenhum plano de saúde atenda acidentes de trabalho ou doenças profissionais. Isso muitas vezes coage o trabalhador a se submeter a não notificação para poder ser atendido pelo plano. Não há justificativa para essa situação. São necessárias mudanças.

Temos ainda a luta para impedir os aumentos descontrolados que sofrem os planos coletivos. Os planos individuais estão hoje mais regulamentados. Exatamente por causa disso, as operadoras trabalham preferencialmente com os planos coletivos que já perfazem 77% do total de planos. E nesses, a regulamentação é inteiramente insuficiente, vale freqüentemente a lei da selva. Precisamos trabalhar também nesta questão.

Sabemos que as soluções para essas e outras questões relevantes, que serão tratadas e encaminhadas por este Fórum, passam pela necessária articulação entre diversos atores cujas responsabilidades são institucionalmente definidas. Entendemos a necessidade de fortalecer a participação dos trabalhadores nas diversas instituições onde essa temática é tratada, em especial a Câmara de Saúde Suplementar.

Para concluir, gostaria de registrar o nosso reconhecimento à Agência Nacional de Saúde Suplementar, a ANS. Ao tomar a iniciativa de provocar este debate com as centrais sindicais, desencadeou um processo extremamente rico entre as centrais, que hoje gerou, pode-se dizer, uma unidade exemplar entre elas nas questões de saúde.

CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT

11. COMENTÁRIOS

A. Considera-se que a programação viabilizou a consecução dos cinco objetivos específicos explicitados no projeto.

B. Outro indicador da mais alta relevância é o resultado dos trabalhos de grupos. A consistência e diversidade temática das propostas oriundas dos grupos formados durante o Seminário revelam que o objetivo da sensibilização dos dirigentes sindicais para a temática da saúde suplementar foi plenamente alcançado, iniciando-se um protagonismo essencial para o atendimento dos objetivos do projeto.

ANEXOS

ANEXO 1 - CONVITE CONVITE ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar

**SEMINÁRIO NACIONAL DOS TRABALHADORES
PARCERIA ANS e CENTRAIS SINDICAIS
(CGTB, CTB, CUT, FORÇA SINDICAL, NCST e UGT)**

Para enfrentar os desafios de regular e desenvolver o mercado de saúde suplementar no Brasil é fundamental conhecer e educar os consumidores, tarefa que a Agência Nacional de Saúde Suplementar busca cumprir aproximando-se ainda mais da sociedade civil, através das atividades desenvolvidas pelo programa Parceiros da Cidadania.

Convidamos V.S.^a a participar do **Seminário Nacional “O Trabalhador e a Saúde Suplementar”** para a instalação do **Fórum Nacional Permanente dos Trabalhadores sobre Saúde Suplementar**. O evento reunirá representantes da ANS, CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT, além do DIEESE e DIESAT, em um debate sobre o histórico da Agência, os resultados de sua atuação e a importância da parceria da ANS com as centrais sindicais para formar e informar os trabalhadores e suas lideranças a respeito de seus direitos no consumo de planos de saúde.

ANEXO 2 – RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
Célia Machado Gervásio Chaves	CTB
Silvana Nair Leite	CTB
Elias Bernardino da Silva Junior	CTB
Emanuella Veríssimo Paulo	CTB
Aparecida Silva Rodrigues	CGTB
Mario Sergio Brito de Almeida	CGTB
Juvenal Pedro Cim	CGTB
José Juvino da Silva Filho	CGTB
José Calixto Ramos	NCST
Tomaz Luiz Vieira Neto	NCST
Yerma Cândido Rodrigues	NCST
Felícia Costa Rodrigues	NCST
Sebastião Soares da Silva	NCST
Hamilton Dias de Moura	NCST
Abdias José dos Santos	CUT
Edson Carlos Rocha da Silva	CUT
Paulo Rodolfo Pacheco Ribeiro	CUT
Denilson Bento da Costa	CUT
Claudio Campos de Souza	CUT
Lúcia Helena Bernardes Santos de Almeida	CUT
Rogério Alexandre N. Dornelles	CUT
Walter Gomes de Souza	CUT
Ecléia Conforto	DIEESE
Luis Carlos Machado Mousquer	CUT
Vilobaldo Alestino Machado Filho	CUT
Jaziel Aristides de Carvalho	UGT
Adir de Souza	UGT
Aristeu Lazaro Salvador	UGT
Maximo Vieira dos Santos	UGT
Raimundo Crispim Souza Santos	UGT
Iranildo Domingos de Souza	Força Sindical
Manoel de Souza	Força Sindical
Nádia Costa da Silva Souto	Força Sindical
Sérgio Augusto Alves de Oliveira	Força Sindical
Wilton Antônio Batista de Oliveira	Força Sindical
Mario José Torobay	Força Sindical
Valdir Santos de Lima	Força Sindical
Alexandro Martins Costa	Força Sindical